Das ruas aos shoppings, as mesmas respostas à juventude

18/01/2014



Por Gabriel Medina, na [Carta Capital]

As jornadas de junho, que se estenderam por alguns meses do Brasil foram o melhor e maior acontecimento do ano de 2013. Jovens do Oiapoque ao Chuí ocuparam as ruas, reivindicando o direito à mobilidade, melhoria nos serviços públicos e o direito à participação política, questionando o modelo da democracia tupiniquim.

Se por um lado, os benefícios sociais alcançados na última década tenham tido impacto nessa nova geração, de outro se evidenciou a necessidade de aprofundar e dar mais velocidade às transformações em curso, pois os brasileiros querem muito mais.

O custo alto com o transporte foi o ponto de partida das manifestações em 2013, mas seu combustível inflamável foi a violência policial, reação de governos com dificuldade de constituir canais de diálogo e construção conjunta de alternativas com a juventude.

O ano de 2014 começa com as cenas brutais de violência em Pedrinhas, no Maranhão, uma clara afronta aos direitos humanos, mas, sobretudo, a expressão mais clara de falência do sistema penal e carcerário brasileiro. Extermínio da juventude, encarceramento em massa, condições desumanas em presídios, criminalização da ocupação da rua e violação permanente dos direitos humanos são práticas instituídas em nossas polícias e anunciam problemas que estruturam a existência de um apartheid social.

O fenômeno social dos “rolezinhos”, iniciado no final de 2013, virou a pauta principal do país. Jovens, na sua maioria menor de idade, moradores da periferia, definem os shoppings como território de encontro e confraternização. Estão ali para se socializar, arrumar uma namorada, beijar na boca e serem vistos como indivíduos que desejam e que reivindicam seu lugar na sociedade.

Os “rolezinhos” causaram espanto, mas é de desconhecimento da maioria que os “incômodos” pancadões (bailes funks de rua) são alvo de intensa violência policial nas periferias da cidade. Sem opções de lazer e cultura nos bairros e com dificuldade de circular e usufruir as opções privadas disponíveis na intensa vida noturna de São Paulo, jovens fazem suas festas onde e como podem. Abrem os porta-malas dos carros, com sons potentes e organizam festas. É uma alternativa às boates da Vila Olímpia – entre outras baladas consideradas ‘legítimas’ – onde, muitas vezes, também há drogas e sexo. Cabe aqui a reflexão: por que algumas manifestações de jovens são permitidas e outras não? O recorte de classe e de raça pode nos indicar uma resposta. Os “rolezinhos” são discriminados, porque deles participam jovens negros, pobres e fazem isso

na rua.

A liminar que proibiu o acontecimento dos “rolezinhos” nos shopping legitimou o uso da força policial e da violência, mesmo que não houvesse atos ilícitos registrados. Teve como conseqüência à organização de duas portas de entrada em um estabelecimento privado, mas aberto à freqüência pública, prática discriminatória e indefensável. Como definir pela idade, cor da pele, estilo de roupa, se este ou aquele estão proibidos de freqüentar? Com que direito oficiais de justiça e policiais cadastram jovens potencialmente perigosos, práticas da época da ditadura militar?

Enquanto não mudar a forma de olhar, entender e conversar com a juventude, as respostas trarão medidas paliativas, que escamoteiam uma discussão de fundo que temos que construir. A juventude precisa ser considerada como sujeito de direitos e principalmente ter o direito aos bens culturais e sociais da cidade.

É também necessária a construção de um modelo de desenvolvimento que ultrapasse os limites de uma sociedade de consumo, que recupere a dimensão pública da vida, que desmercantilize as formas de convívio e contribuam para a formação de cidadãos críticos e ativos.

O Brasil demanda uma série de reformas ainda não realizadas, como a política, a democratização das comunicações. Contudo, um tema central que precisa ser respondido imediatamente é a superação do modelo policial construído na ditadura militar e a afirmação de um projeto de segurança pública cidadão, com respeito aos direitos humanos. Enquanto as formas de se relacionar com os jovens forem bombas e a porrada, continuaremos a construir uma sociedade marcada pela violência, intolerância e preconceito.

*** Gabriel Medina é coordenador da Juventude da Prefeitura de São Paulo.**

Compartilhe nas redes: